



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 06 JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Osvaldo Macedo, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli (46) achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Caros, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho e Valter Pietrângelo. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, e determina ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados, a Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do expediente.

Antes, esta Presidência registra, com satisfação, a presença no plenário desta Casa, do ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sr. Rafael Iatauro.

E registra também, com satisfação a presença de uma comitiva do município de Vera Cruz, vinda, que se faz acompanhada do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. Aos ilustres visitantes, os cumprimentos da Assembléia Legislativa.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da senhora MARIA ABDALLA, ocorrido nesta Capital.

Requer, ainda, da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Chile nº 2001, apto. 17.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao dinal subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja registrado na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ZECKI FADEL, ocorrido esta semana nesta Capital.

O extinto era membro de tradicional família radcada em nosso Estado e ultimamente era funcionário da COPASA.

Da decisão desta Casa pede-se seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o douto plenário, a retirada e conseqüentemente arquivamento do Projeto de Lei nº 29/75, de sua autoria.

REQUER, outrossim que a matéria contida no referido projeto, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Governador em forma de sugestão.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem a V. Exa. requerer que, uma vez aprovado pelo egrégio plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar a instalação urgente de rede telefônica em Cafelândia do Oeste, distrito do município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A referida localidade tem um potencial econômico e um aglomerado urbano e rural superior a muitos pequenos municípios paranaenses, e a sociedade local conta com intenso comércio e indústria, além de uma das maiores cooperativas agro-pecuárias da região (CONSOLATA), mantendo unidades armazenadoras em Nova Aurora e brevemente também em outras cidades vizinhas, com propriedades rurais, que em sua maioria são pequenas.

Possui uma sede do Bamerindus, instalada no início do ano, cujo movimento, superando as expectativas da direção, sobrepõe-se a mais de 30 outras agências do mesmo grupo, pelo seu firme e intenso movimento.

As lideranças locais, que encetam esse movimento já formalizaram esse pedido, reiterado também por esse deputado, rogando às autoridades que montem um complexo mínimo de 100 (cem) aparelhos na cidade, a qual se distancia da sede em quase 50 km, por estradas primárias.

A direção da TELEPAR já instalou serviços de telefonia em outros distritos (como Jesuítas), que embora merecendo também tal benefício, está em condições de inferioridade na arrecadação fiscal.

Região constituída de solo fértil e produtivo, conta com 80 por cento de lavoura mecanizada na área territorial do Distrito, elevando a sede à categoria de justa aspiradora de movimento emancipalista. Seu povo ordeiro e trabalhador, tem legado às sucessivas administrações municipais de Cascavel, constantes preocupações no setor de obras, que o crescimento do seu poder aquisitivo, obriga o crescimento urbano, impulsionado pela iniciativa privada, exigem do seu poder central providências. Ali existem além de cartório, hospital, farmácias, vários postos de gasolina, grande e forte comércio, indústria, prédios em alvenaria e intenso movimento financeiro.

Sua exuberância assemelha-se à Palotina, não pela atual dimensão, mas pelas características naturais do solo agrícola e origem do povo.

Está situada a 10 km, aproximadamente de Nova Aurora, que conta com moderna aparelhagem de telefonia, de cuja central se poderia extrair esse tronco.

Para melhor esclarecer esta reivindicação, segue anexo um ofício da cooperativa agrícola CONSOLATA, onde se vê que aquela comunidade efetivamente possui as condições deste pedido. Ainda que em caráter emergencial, deve se instalar alguns aparelhos para atender o fluxo do seu progresso e servir no mínimo à cooperativa, hospital, farmácia e sub-prefeitura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação na cidade de Conselheiro Mairink, de uma agência bancária daquele conceituado estabelecimento.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O movimento econômico do município de Conselheiro Mairink é extraordinariamente considerável, cuja renda alcança milhares de cruzeiros na circulação diária, e está distante a mais de 40 quilômetros dos recursos bancários, principalmente para manutenção das necessárias contas correntes, forma de resolução efetiva do interesse comum dos habitantes daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, de conformidade com os preceitos regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), enviando a seguinte sugestão: além das formas de utilização do FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), já previstas em regulamento e ampliadas recentemente pelo BNH, possibilitando maior facilidade para a retirada e utilização do mesmo, sugerimos a inclusão nas referidas normas, da

modalidade de retirada do FGTS também para o depositante, que possuindo casa própria, financiada ou não pelo BNH, tenha lançado sobre seu imóvel residencial taxa de contribuição de melhoria ou outra que represente lançamentos por parte dos poderes públicos, quando o referido imóvel foi beneficiado com pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, urbanização e obras afins.

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento a finalidade de atrair a atenção dos Senhores diretores do BNH para este ângulo do problema FGTS. Nas formas vigentes para utilização do Fundo, por parte do depositante, encontramos apenas beneficiados os que não são possuidores de casas próprias, o que sem dúvida é medida de alto alcance social. Porém existe grande número de trabalhadores depositantes do FGTS, que já possuem casa própria. Não quer isto representar, que este depositante não tenha problemas econômicos-financeiros de pequenos e médios portes. Na maioria das vezes, o assalariado que possui casa própria, é fruto de de longos e ininterruptos anos de serviço, ou ainda, recebida, por herança. A maioria, ainda continua pagando suas casas em prestações mensais, e, por tratar-se de imóveis adquiridos sem a participação das COHABs não estão sendo beneficiados pelas normas vigentes.

O que ocorre, é que com os planos de pavimentação asfáltica e urbanização desenvolvidos pelas administrações municipais, recai sobre imóveis de propriedades de lavradores, muitas vezes desprovidos de recursos, taxas de contribuição de melhoria ou sob outra denominação, em lançamentos e sistemas de cobrança que tornam proibitivos aos trabalhadores em manter suas residências e propriedade na área beneficiada pela urbanização.

Comparados os valores das taxas lançadas pela administrações municipais referentes à pavimentação asfáltica ou urbanizações, tivemos oportunidade de constatar que, feitas as liberações do FGTS pelo BNH, a maioria dos depositantes, possuidores de casas próprias, beneficiados ou não com o financiamento pelo referido órgão, se não quitassem, pelo menos veriam seus compromissos oriundos da referida taxa, diminuídos em mais de 60 por cento, evitando assim que o depositante passe a pagar pesados juros e muitas vezes, correção monetária que ultrapassam em muito, os creditados a seu favor pelo FGTS.

Com esta ampliação, entendemos não dificultar o plano do BNH com referência à construção de novas habitações populares, mas sim, possibilitar ao trabalhador que possui sua casa própria em bairros, possam continuar residindo, quando estes recebem urbanização, não os obrigando a venderem as propriedades quando podem desfrutar de melhor conforto.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, no sentido de solicitar urgência nos trabalhos de projeto e instalação de rede de transmissão e distribuição de energia elétrica nas localidades de CERRO AZUL, CIELITO LINDO, ALVORADA DO OESTE, JUVINÓPOLIS, RIO DO SALTO, SANTA MARIA e SEDE ALVORADA, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As concentrações urbanas de Cerro Azul, Cielito e Alvora-

da do Oeste estão próximas à divisa dos municípios de Cascavel, e Capitão Leônidas Marques, interligadas pela estrada que sai da BR-277 e vai a Capanema, sendo que as duas últimas ficam distanciadas entre si de apenas 2 km e formam concentrações urbanas de grande porte, o que lhes permitiu galgar as posições de distritos administrativos sem voto contrário.

Além disso não estão longe de rede instalada no distrito de Santa Lúcia (município de Capitão Leônidas Marques), de onde a energia poderia ser transportada, aproveitando-se os povoados menores e propriedades dos dois municípios para eletrificação rural em convênio com o INCRA.

Opcionalmente, a força energética poderia ser transportada do distrito de Santa Tereza (BR-277), passando por Santa Maria, que pelo seu porte poderá entrar no plano de eletrificação rural por financiamento através do INCRA, expandindo esse projeto às propriedades agro-pecuárias do percurso, e a baixo custo, observando-se que as distâncias entre as redes é praticamente 30 km, tanto de um lado como de outro.

Quanto a Juvínópolis e Rio do Salto, por se tratar de outro setor, também o problema é semelhante; apenas, a primeira se situa às margens da divisa do município de Capitão Leônidas Marques, mais próximo a Boa Vista da Aparecida, onde há energia instalada, podendo dali partir a linha. Já Rio do Salto, que fica à poucos km da BR-277, por onde passa a rede que demanda de Salto Osório, o caso poderia ter o mesmo tratamento que Santa Maria, isto é, os trabalhos poderão eventualmente ser feitos através do plano de eletrificação rural, por intermédio do INCRA, o que afinal diminuirá o custo da implantação.

Sede Alvorada, próximo à divisa com Toledo, também poderá ser incluída no plano porque, circundada por propriedades de porte, mereceria o mesmo tratamento dos demais distritos e com justificada urgência, pois com o asfaltamento da rodovia Toledo-Cascavel, que corta o povoado, o seu crescimento é indeclinável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando a possibilidade de instalar na localidade mencionada em súmula um posto de atendimento telefônico, visto ser aquele município composto de uma população que corresponde perfeitamente a necessidade da existência indispensável deste serviço de comunicação.

SÚMULA:

Requer seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, para que seja instalado um posto telefônico na cidade de Conselheiro Mairink.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se dirija apelo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, no sentido de que a mesma faça, com a maior brevidade possível, a ligação de energia elétrica aos núcleos habitacionais do município de Florestópolis.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a Vossa Excelência, após ouvido o plenário seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HENRIQUE NOQUEIRA DORFUND, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER, DD. Presidente da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da lei de Organização e Divisão Judiciária, e, ainda aos Desembargadores ZEGERINO KRUKOSKI e MIGUEL THOMÁS PESSOA, encarecendo-lhes a necessidade premente de criar o distrito judiciário de IBIRACEMA, que atualmente é distrito administrativo de Catanduvas, comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

IBIRACEMA é um distrito de grande e crescente população urbana e rural, localizado na parte Sudoeste da sede e a esta ligado por precária estrada primária de mais de 30 km, caracterizado por solo fértil e pequenos proprietários em sua maioria, desenvolve-se pelo esforço da iniciativa privada, sendo de grande significado o seu contingente demográfico. Os negócios e transações além dos demais movimentos feitos nos registros públicos, condicionam os usuários e demandam à sede municipal, condicionando-os a um evidente prejuízo e dificuldades.

O movimento documental que empreende a população, somado aos aspectos de vertical aumento demográfico, justificam a criação e instalação de uma escrivania de ofício público com as atribuições acumuladas de registro civil e tabelionato.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 65/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a executar o asfaltamento das duas pistas de rolamento da Av. Brasil, na entrada e saída da sede do município de Cascavel, ligando-as à BR-277.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da dotação orçamentária própria.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação não constitui fato novo e a promessa dessa pavimentação vem sendo objeto de várias campanhas políticas por parte de próceres do partido governista. Desde 1968, os dois extremos da Avenida Brasil em Cascavel vem sendo objeto de ferrenhos debates, levando a população da cidade a entendimento de que “nesta vez acho que sairá”, e a carga de sufrágios pesa em favor de promitentes realizadores.

A nossa posição prende-se tão somente ao fato de sermos o representante em potencial do município e a necessidade da participação do Governo na feitura desses acessos se justificar pelo volume de recursos que serão dispendidos naquelas vias, cujo custo poderá alcançar a casa dos 40 milhões de cruzeiros, sem que o município possa dispor de recursos próprios para arcar com tal encargo.

Ademais, em um dos extremos — o de chegada — será o entroncamento da rodovia que liga Cascavel (BR-277) a Campo e Toledo, e o tráfego, além de ser intenso, necessita de maiores

cuidados, e uma obra dessa natureza, pelo seu porte, exige a imediata presença do Governo para sua concretização.

PROJETO DE LEI Nº 66/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Santo Antonio da Platina neste Estado.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Srs. Deputados não haveria a nosso ver necessidade em justificar o direito configurado em ser reconhecido pelo Estado do Paraná esse organismo de Assistência Social que tão relevantes trabalhos vem prestando ao menos favorecidos pela sorte, motivo que solicitamos inclusive providências de tramitação urgente dessa Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 67/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica revogada integralmente a Lei nº 1, de 2 de junho de 1971, que revogou o art. 14, da Lei nº 5.871, de 06 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério), o qual artigo, em consequência, fica revigorado.

Art. 2º — Esta Lei tem vigência a contar da data de 5 de junho de 1975, revogadas quaisquer disposições em contrário, porventura existentes.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

aa) NILSO SGUAREZI

ENÉAS FARIA

NELSON BUFFARA

TRAJANO BASTOS

DENI SCHWARTZ

OSVALDO MACEDO

EDILSON ALENCAR

ADALBERTO DAROS

LUIZ CARLOS ZUK

FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto constitui prática de revogação específica de lei. Disciplinando a matéria inerente às regras sobre revogação de leis, em sua conhecida obra "Técnica Legislativa", à página 171, Hésio Fernandes Pinheiro dá ênfase a este aspecto: "Os atos, quando ab-rogados, expressa ou tacitamente, o são em definitivo, para sempre. Somente outro hierarquicamente idêntico ou superior pode revigorá-lo, porém deve fazê-lo em forma expressa".

Não há dúvida, pois, quando a preliminar: a lei revogatória pode ser revogada por outra lei, a qual, por sua vez, quando hierarquicamente idêntica, pode revigorar a lei anteriormente derogada.

O art. 14 do Estatuto do Magistério, que constitui uma das grandes conquistas da Classe, merece ser revigorado, visto que se enquadra perfeitamente no princípio de direito que assegura igual oportunidade a todos. Além disso, tem a presente lei o objetivo primordial de assentar o princípio de não interferência de outras influências na carreira do Magistério.

A direção dos estabelecimentos de ensino, evidentemente, não podem se sujeitar a qualquer tráfico de influências, mormente as de natureza "política" como acontecem no Paraná".

Por outro lado, pouco importa que tramite, nesta Casa, um projeto que visa a implantação de novo Estatuto do Magistério.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentaremos um requerimento dirigido a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de congratulações, pela atitude do Sr. Governador, com referência aos carros oficiais, e que está redigido nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o plenário, seja enviado ao Senhor Governador do Estado, Jayme Canet Junior, voto de congratulações pelo decreto que dispõe sobre veículos oficiais referente à sua utilização, classificação e proibição de novas aquisições.

Apelamos ao Senhor Governador para que seja atingido também os veículos pertencentes à Companhias Mistas e fundações, e que seja essa fiscalização feita através do povo com a publicação dos telefones das repartições responsáveis.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975".

É este o requerimento de minha única responsabilidade, não vai aqui qualquer manifestação da minha bancada, mas com este requerimento estamos congratulando-nos com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e pedimos a Deus, que ele, com seu pulso firme, continue durante a sua gestão de Governador, para impor esta autoridade de que tanto carece o Estado do Paraná e não só o Paraná como o Brasil. Estamos vendo a atitude de S. Exa. o Sr. Presidente da República, já publicada em diversos órgãos da imprensa, também limitando o uso de carros oficiais. Então, nós apresentamos este requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados para que, demos assim mais um estímulo a S. Exa. o Sr. Governador.

Sendo eu um hpmem do MDB, e que sempre pautei pelas coisas justas, apresento este requerimento, sob a minha inteira responsabilidade. E não vai aqui qualquer responsabilidade da minha bancada.

A resposta do Sr. Secretário é a seguinte: (Lê) (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Queremos lamentar a resposta do Sr. Secretário com o devido respeito. Mas já por diversas vezes em pronunciamento desta tribuna, inclusive fazendo apelo a S. Exa. o Sr. líder do Governo, para que S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes honrasse a minha região, região que também tem um deputado que colega Luiz Roberto Soares, para que S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes visitasse aquelas estradas, sob a jurisdição do 4º Distrito Rodoviário. Porque eu quero dizer aqui, nesta Casa, que ficaria satisfeito se S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes visitasse, em minha companhia porque se não for realizado aquilo que temos dito nesta Assembléia, voltaremos a esta Casa para renunciar ao meu amdnão se não for verdadeiro aquilo que estamos falando há mais de 4 anos: o abuso, o desleixo, a falta de atenção por parte da Secretaria de Transportes com respeito a nossa região.

Se S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes não tomar essa iniciativa, iremos ocupar esta tribuna diariamente para dizer o que aquelas máquinas estão fazendo em minha região, o serviço nulo daquelas máquinas.

Era só Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Otássio Pereira.

ra, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, terceiro orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias, respondendo à Liderança do Governo, sobre qual seria a solução para o problema de indicação dos diretores dos estabelecimentos de ensino do Paraná, informei àquela Liderança que apresentaria um projeto de lei, na legislatura passada já apresentado pelos nobres Deputados do MDB e que não teve guarida. Mas, apresentarei um projeto de lei revogando a Lei N. 1/71, de 2/6/71, que derrubou o artigo 14 do atual e ainda vigente Estatuto do Magistério, ou seja, a lei que suprimiu a "lista tríplice" para a direção dos estabelecimentos de Ensino do Paraná.

Acredito que esta matéria é essencialmente da competência desta Casa, muito embora, e em boa oportunidade, o eminente Deputado Gabriel Sampaio tenha apresentado projeto do Estatuto do Magistério. Trata-se de matéria correlata e que não há inconveniente do Magistério. É apenas uma parte do Estatuto.

Refere-se apenas a um artigo.

Mas, como seria discutível a competência desta Assembléia, pra votar integralmente o Estatuto do Magistério, já não é o caso aqui, quando a Assembléia é totalmente competente, pois se trata de revogar uma lei que a própria Assembléia votou.

Como disse, não há impedimento algum, embora já esteja tramitando nesta Casa projeto de lei do Estatuto do Magistério, porque o que nós aqui vimos é revogar uma lei que revogou um artigo apenas do Estatuto. Se a Assembléia não for competente e se se chegar à conclusão de que a Assembléia não é competente pra votar o Estatuto do Magistério, para essa matéria a Assembléia essencialmente é competente, porque se trata de revogar uma lei que a própria Assembléia votou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando o tempo que me resta, quero dizer que este Deputado não concorda com uma afirmação que foi proferida, exatamente num estabelecimento de ensino, pelo atual Secretário de Justiça. Perdoe-me aquele ex-Deputado, uma das lideranças intelectuais deste Estado, fazer uma afirmação tão grave contra a Oposição, é inacreditável. Ao afirmar que a Oposição pretende o envenenamento da nossa juventude. Não posso concordar quando a autoridade constituída vem falsear a verdade, ao afirmar que a Oposição pretende o envenenamento da nossa juventude.

quando tratamos de matéria como essa, que pretende tirar do comando político do deputado a indicação de diretores de estabelecimento de Ensino, acredito que não estejamos envenenando a juventude. Quando queremos a volta do instituto do "habeas corpus" o Secretário de Segurança Pública deste Estado, para tristeza nossa, quando o Presidente da República fala em distensão política, afirma na Revista Panorama, que para ele não tem importância. É o envenenamento da juventude o que a Oposição prega uma democracia ampla e livre é envenenamento da juventude dizer que "habeas corpus" é uma coisa sem importância?

Sr. Presidente, quando o Chefe Supremo, na figura do Presidente da República fala em distinção política parece-me que alguns membros de seu partido não estão sintonizados, não têm a imaginação criadora que tanto o Presidente procura incutir ao seu partido ao fazerem afirmações que me parecem mais de mentes reacionárias e não de um Deputado que foi tão brilhante nesta Casa e de um Secretário que representa a ala intelectual da Arena. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE.—

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO.—

Sr. Presidente, declino a palavra.

O SR. PRESIDENTE.—

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS.—

Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, considerando que houve notícias desencontradas quanto à presença nesta Assembléia Legislativa do Estado, do Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenguel Guimarães, tomaria a liberdade ao encerramento desta sessão, de solicitar de V. Exa. que lembrasse aos Srs. Deputados que S. Exa. virá a esta Casa e, se a presença do mesmo será feita a nível de plenário durante o expediente, ou, se a audiência será feita a nível de auditório ou de comissão e, se possível, a hora e a data que S. Exa. estará nesta Casa para responder as arguições dos Srs. Deputados, a fim de que conste da agenda dos mesmos, a oportunidade deste encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o Sr. Secretário nesta Assembléia, entretanto, para que a audi-

ência se realizasse no plenário, havia uma certa dificuldade de porque há "slides" a serem projetados e para isto não temos condições, aqui no plenário. De maneira que a Assembléia fará a sessão de quarta-feira apenas em termos de Pequeno Expediente, quando então encerraremos a sessão, após o que descendermos ao auditório em companhia do Sr. Secretário, às 16,00 horas.

Será uma sessão sem Grande Expediente, porque o Secretário não tem condições de falar aqui.

O SR. IVO THOMAZONI — A preocupação era de que S. Exa. comparecesse a nível de plenário, porque daí as notas taquigráficas poderão registrar.

O SR. PRESIDENTE — Sim poderá, ser a nível de plenário. Mas depois do encerramento da sessão.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeito.

Mas para que a presença de S. Exa., as inquiries e as respostas, fizessem parte dos Anais desta Casa, se registrasse e fizesse parte da sessão plenária daquela data.

O SR. PRESIDENTE — A mesa esclarece, que não tem condições de fazer com que faça parte da sessão plenária. Depois de discutida e votada a Ordem do Dia, se desse prosseguimento à palestras do Sr. Secretário, nós não poderíamos aí, reabrir a sessão, a não ser por explicações pessoais, o que não era cabível também mas, as notas taquigráficas serão tomadas e enviadas ao Diário da Assembléia.

O SR. IVO THOMAZONI.—

Muito obrigado pela explicação.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para uma satisfação das duas bancadas, gostaria de saber se a inscrição para segunda-feira, permanece a mesma.

O SR. PRESIDENTE — Sim dos Deputados que não se encontravam presentes e dos que declinaram e se reinscreverem.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, corstante do expediente, devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidélino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme ívulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL. — do Projeto de Resolução nº 20/75, que reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º – O item VI, do artigo 2º do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

VI – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS (D.F.)

- a) – Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças (D.F. 1).
 - b) – Assessoria (D.F. 2)
 - c) – Tesouraria Geral (D.F. 3)
 - d) – Divisão de Tesouraria (D.F. 4)
 - 1 – Secção de Controle Bancário (D.F. 4.1)
 - 2 – Secção de Serviço de Tesouraria (D.F. 4.2)
 - e) – Divisão de Pagadoria (D.F. 5)
 - 1) – Caixa (D.F. 5.1)
 - f) – Contadoria Geral (D.F. 6)
 - g) – Setor de Imposto de Rendas (D.F. 7)
 - h) – Divisão de Contabilidade (D.F. 8)
 - 1 – Secção de Registros Contábeis (D.F. 8.1)
 - 2 – Secção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário (D.F. 8.2)
 - 3 – Secção de Administração Contábil (D.F. 8.3)
 - i) – Divisão de Controle Financeiro de Pessoal (D.F. 9)
 - 1 – Secção de Folhas de Pagamento (D.F. 9.1)
 - 2 – Secção de Consignações e Descontos (D.F. 9.2)
 - j) – Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (D.F. 10).
 - l) – Divisão de Registros (D.F. 11)
 - 1 – Secção de Cadastro de Entidades (D.F. 11.1)
 - 2 – Secção de Registro das Operações (D.F. 11.2)
 - m) – Divisão de Aplicações (D.F. 12)
 - 1 – Secção de Controle das Dotações (D.F. 12.1)
 - 2 – Secção de Execução e Pagamento (D.F. 12.2)
- Art. 2º – O artigo 14 do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:
- “Art. 14 – Ao Departamento de Finanças compete:
- I – Pela Assessoria:
 - a) – assessorar o Diretor de Departamento de Finanças, nas suas atribuições;
 - b) – apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor de Finanças; e
 - c) – organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado, do País, que venha de encontro as atividades do Departamento.
 - II – Pela Tesouraria Geral:
 - a) – Pela Divisão de Tesouraria:
 - A) – Pela Secção de Controle Bancário:
 - 1 – organizar o controle das contas bancárias, mantidas pela Assembléia Legislativa, mantendo-o atualizado;
 - 2 – relacionar os cheques e Ordens de Crédito, emitidos pela Assembléia Legislativa; e,
 - 3 – relatar, diariamente a posição bancária da Assembléia Legislativa.
 - B – Pela Secção de Serviço de Tesouraria:
 - 1 – confeccionar os cheques e ordens de crédito para para pagamento Pessoal e fornecedores da Assembléia Legislativa;
 - 2 – manter cadastro das contas pagas, bem como dos respectivos credores;
 - 3 – confeccionar e enviar os avisos aos credores dos pagamentos feitos através de ordens de crédito;
 - 4 – confeccionar o Boletim de Operação Diária da Tesouraria Geral, para fins de registro contábil.
 - b) – Pela Divisão de Pagadoria:
 - A) – Pelo Caixa:
 - 1 – efetuar os pagamentos autorizados;
 - 2 – ter sob a sua guarda o numerário para atender as despe-

sas de pronto pagamento; e,

3 – fazer, diariamente, o fechamento do caixa, enviando-o ao Tesoureiro Geral.

III – Pela Contadoria Geral:

A) – Pelo setor do Imposto de Renda:

a) – determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda de desconto em Folha de Pagamento;

b) – determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto na fonte, nos processos de pagamento à fornecedores, conforme dispõe a legislação;

c) – informar quando solicitado, sobre os problemas relativos ao Imposto de Renda; e,

d) – manter atualizada coletânea de Leis que interessam ao setor.

B) – Pela Divisão de Contabilidade:

a) – Pela Secção de Registros Contábeis:

1 – registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa, elaborando os balancetes mensais e balanços anuais;

2 – elaborar o relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa;

3 – prestar as informações relativas às operações contábeis; e

4 – manter atualizado o plano de contas.

b) – Pela Secção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário:

1 – elaborar a proposta orçamentária, sob a coordenação da Comissão Especial;

2 – confeccionar a documentação necessária que possibilite as liberações Orçamentárias, junto às entidades competentes;

3 – emitir notas de empenho em processo devidamente autorizados; e,

4 – manter fichário que controlem os serviços sob a sua guarda.

c) – Pela Secção de Administração Contábil:

1 – confeccionar as atuoizações de pagamento e manter controle das mesmas;

2 – instruir processos de despesa da Assembléia Legislativa;

3 – confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;

4 – confeccionar os demonstrativos de despesa da Assembléia Legislativa; e,

5 – executar os serviços administrativos especializados do Departamento.

C) – Pela Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:

a) – Pela Secção de Folhas de Pagamento:

1 – confeccionar as Folhas de Pagamento;

2 – providenciar para que as folhas de Pagamento sejam encaminhadas em cumprimento as formalidades legais;

3 – solicitar os empenhos das Folhas de Pagamento junto a Divisão de Contabilidade; e,

4 – registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao Pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação.

b) – Pela Secção de Consignação e Descontos:

1 – organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em Folha de Pagamento;

2 – organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por consignação, em Folha de Pagamento; e,

3 – informar e instruir processos relativos e descontos e consignações.

IV – Pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais:

A) – Pela Divisão de Registros:

a) – Pela Secção de Cadastro de Entidades:

1 – organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;

2 – instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas; e,

3 – elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.

b) — Pela Secção de Registros das Operações:

- 1 — registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;
- 2 — confeccionar avisos de crédito aos Deputados; e,
- 3 — confeccionar relatório mensal das operações.

B) — Pela Divisão de Aplicações:

a) — Pela Secção de Controle das Dotações:

- 1 — confeccionar cheques e ordens para pagamento dos auxílios financeiros autorizados;
- 2 — manter arquivado sob a sua guarda os processos liquidados, para a posterior prestação de contas;
- 3 — informar aos Deputados sobre os processos mantidos em arquivo;
- 4 — elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa;
- 5 — manter controle das cotas bancárias aberta, relativas às dotações pessoais dos Deputados; e,
- 6 — executar os serviços administrativos da Coordenadoria.

b) — Pela Secção de Execução e Pagamento:

- 1 — Efetuar os pagamentos autorizados;
- 2 — remeter os processos pagos à Divisão de Registro;
- 3 — escriturar diariamente o Livro Caixa; e,
- 4 — ter sob a sua guarda o numerário destinado à atender os auxílios pessoais.

§ 1º — As atribuições especificadas das Chefias no Departamento de Finanças, no que diz respeito à documentação que cabe cada um firmar, para recebimentos ou pagamentos, será determinado pela Comissão Executiva, de acordo com as exigências administrativas.

§ 2º — As readaptações de cargos e funções de Chefia no Departamento de Finanças, ficará a deliberação da Comissão Executiva.

§ 3º — Os cargos de Assessor do Departamento de Finanças e Chefe do Setor de Imposto de Renda na Contadoria Geral é privativo de funcionário do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, possuidores de diploma de nível universitário.

Art. 3º — Na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica criado o Departamento de Pessoal.

§ 1º — No artigo 2º do Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, fica acrescido o item IX com a atual composição do item VIII e este passa a ter a seguinte redação:

VIII — Departamento de Pessoal (D.P.)

a) — Gabinete da Diretoria do Departamento de Pessoal (D.P. 1)

b) — Assessoria Jurídica (D.P. 2)

c) — Divisão de Regime Legal (D.P. 3)

1 — Secção Administrativa Pessoal (D.P. 3.1)

2 — Secção de Administração de Cargos e Vencimentos (D.P. 3.2)

d) — Divisão de Cadastro de Pessoal (D.P. 4)

1 — Secção de Cadastro de Deputados (D.P. 4.1)

2 — Secção de Cadastro de Funcionários (D.P. 4.2)

e) — Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (D.P. 5)

§ 2º — Fica inserido no Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, ao Departamento de Pessoal compete:

1 — Pela Assessoria Jurídica:

a) — assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal nas suas atribuições;

b) — apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, com recurso para o Gabinete de Assistência Técnica, por parte dos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias; e,

c) — organizar e manter atualizada a coletânea de legislação, do Estado e do País, que por ventura venham de encontro aos interesses das atividades do Departamento.

II — Pela Divisão de Regime Legal:

a) — Pela Secção Administrativa do Pessoal:

1 — elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

2 — informar os processos referentes a pessoal;

3 — encaminhar para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao pessoal;

4 — encaminhar ao Departamento de Finanças, quaisquer alterações relativas a remuneração de funcionários.

b) — Pela Secção de Administração de Cargos e Vencimentos:

1 — elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários, fazendo-a publicar anualmente;

2 — organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

3 — organizar mapa de comparecimento, de férias e de licenças dos funcionários;

4 — prestar assistência à Comissão de Promoções;

5 — manter registro de vagas nas diversas carreiras;

6 — promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal;

7 — organizar e manter as listas de endereços dos funcionários; e,

8 — elaborar estatística do Departamento.

III — Pela Divisão de Cadastro de Pessoal

a) — Pela Secção de Cadastro de Funcionários:

1 — lavrar termo de posse e outros;

2 — fornecer carteira identidade;

3 — elaborar e apostilar títulos de nomeação;

4 — elaborar certidões, atestados e declarações relativas à vida funcional; e,

5 — manter atualizada a ficha funcional.

b) — Pela Secção de Cadastro de Deputados:

1 — manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;

2 — preparar carteira de identidade dos Deputados;

3 — manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, de acordo com as informações do Departamento Legislativo;

4 — elaborar, mensalmente síntese do controle de Frequência dos Deputados, em mapa próprio, para fins legais;

5 — elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados às sessões plenárias, para ser encaminhado ao Senhor 1º Secretário;

6 — fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados, informações relativas à situação pessoal de cada um, em relação à frequência; e,

7 — fornecer certidões e atestados relativos à situação dos Deputados, quando solicitadas.

IV — Pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal:

a) — promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientando-se pelas indicações da Secção de Administração de Cargos e Vencimentos;

b) — planejar e promover cursos, visando à formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;

c) — promover a seleção de bolsistas para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;

d) — sugerir celebração de convênios com entidades especializadas em ministração de cursos especializados; e,

e) — expedir certificado de conclusão de cursos e promover o registro na ficha individual funcional.

§ 3º — A Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal, será exercida por Funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, portador de diploma de Bacharel em Direito.

§ 4º — O cargo de Diretor do Departamento de Pessoal, será exercido sob o regime de função gratificada até que a Lei venha dispor sobre a criação do cargo.

§ 5º — A Comissão Executiva disporá, quando julgar

necessário, sobre a estrutura da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal.

Art. 4º - Os cargos de Diretores e Chefes constantes da presente Resolução, ficam adstritos às normas do artigo 79, da Lei nº 6.119, de 29 de junho de 1970.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 266/73, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial no Distrito de Tamarana, município de Londrina. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 266/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 34/74, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda. maquinários e instrumentos agrícolas. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 34/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., os maquinários e instrumentos agrícolas seguintes:

Um trator John Deere - 730, nº 7325920; Lote nº 59 - sucata de arado e grades; Lotes nºs 38, 39, 40 e 41, sucata de tratores Internacional TD-6, 1060 e 1052; Lote nº 50, 8 lâminas UP/Internacional e 8 lâminas simples para Internacional; Lote nº 53, 9 seções de plantadeiras John Deere incompletas; Uma semeadeira John Deere nº 5812; Sucata de 20 grades de discos e de 7 semeadeiras John Deere; Oito combinadas, sendo 5 John Deere e 3 Allis Chalmers, séries 24207, 24226, 24205, 25309, 24017 e B-72911, B-72799 e B-72383; Sucata de 2 combinadas John Deere, 25309 e 24017; Quatro arados de arame, lotes 64, 65, 68 e 69; Uma sucata C-1092; Cinquenta e quatro seções de grades de discos; Um trator John Deere, 16-1067; Sucata de 2 tratores John Deere 7325924 e 7325925; Cinco semeadeiras John Deere, sendo 2 de linhas 17 e 3 de 11 linhas; Seis arados metac. 4 discos; Quatro arados metac. incompletos; Dois arados Gerbruder Eberhardt, sendo um de 4 discos e um incompleto.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 107/74, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excep-

cionais APAE, com sede d foro na cidade de Cambé. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 107/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975

- aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 111/74, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e hum mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros, e trinta e três centavos), ao Município de Arapongas. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 111/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado na forma da alínea a, inciso VIII, do artigo 21 da Constituição Estadual, a conceder um auxílio ao Município de Arapongas, no valor de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta hum mil cruzeiros, quatrocentos e quarenta e oito e trinta e três centavos), para satisfazer um débito de igual valor junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, contraído nos exercícios de 69 a 1971.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975

- aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficente de Ivaiporã. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 160/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E BENEFICIENTE DE IVAIPORÃ, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975

- aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 170/74, que declara de Utilidade Pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria-José, com sede e foro na cidade de Morretes. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 170/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA BENEFICIENTE JESUS MARIA-JOSÉ, entidade mantenedora do Asilo à Velhice Desamparada e do Retiro Fraterno dos Meninos com sede e foro na cidade de Morretes.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Relator

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zecki Fadel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Netto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Abdalla. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, bem como ao Presidente da Comissão encarregada de elaborar o ante-projeto de Lei da Organização e Divisão Judiciária e, ainda aos Desembargadores Zeferino Krukosko e Miguel Thomás Pessoa, encarecendo-lhes a necessidade premente de criar o Distrito Judiciário de Ibiracema, que atualmente é Distrito Administrativo de Catanduvas, Comarca de Cascavel — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, no sentido de que seja providenciada a ligação de energia elétrica aos núcleos habitacionais do município de Florestópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do Expediente, solicitando a retirada e consequente arquivamento do projeto de lei nº 29/75, de sua autoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a instalação de uma agência do referido estabelecimento, na cidade de Conselheiro Mairink. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de determinar a instalação de rede telefônica em Cafelândia Doeste, Distrito de Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do BNH, apresentando sugestão com referência à liberação do FGTS. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. presidente da Telepar, objetivando a instalação na cidade de Conselheiro Mairink, de um posto de atendimento telefônico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pelo Decreto que dispõe sobre veículos oficiais, referente a sua utilização, classificação e proibição de novas aquisições. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Copel, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes nos trabalhos de projeto e instalação de rede de transmissão e distribuição de energia elétrica em diversas localidades do município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel,

constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Diretor do Detran, para que seja liberado ao tráfego de veículos o trecho da Avenida Cândido de Abreu, próximo ao Palácio Iguaçu. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 9, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/75. e dos projetos de lei nºs 02/75, 45/75,

marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para segunda-feira, dia 9, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 69/75.

levanta-se a L

Levanta-se a Sessão.

RESOLUÇÃO Nº 37/75

Data: 06 de junho de 1975.

Súmula: Reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — O item VI, do artigo segundo do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

VI — DEPARTAMENTO DE FINANÇAS (D.F.)

a) Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças (D.F. 1).

b) Assessoria (D.F. 2).

c) c) TESOURARIA GERAL (D.F. 3)

d) Divisão de Tesouraria (D.F. 4)

1 - Seção de Controle Bancário (D.F. 4.1)

2 - Seção de Serviço de Tesouraria (D.F. 4.2)

e) Divisão de Pagadoria (D.F. 5)

1 - Caixa (D.F. 5.1)

f) Contadoria Geral (D.F. 6)

g) Setor de Imposto de Renda (D.F. 7)

h) Divisão de Contabilidade (D.F. 8)

1 - Seção de Registros Contábeis (D.F. 8.1)

2 - Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário (D.F. 8. 2)

3 - Seção de Administração Contábil (D.F. 8. 3)

i) Divisão de Controle Financeiro de Pessoal (D.F. 9)

1 - Seção de Folhas de Pagamento (D.F. 9.1)

2 - Seção de Consignações e Descontos (D.F. 9.2)

j) COORDENADORIA DE EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS SOCIAIS (D.F. 10)

l) Divisão de registros (D.F. 11)

1 - Seção de Cadastro de Entidades (D.F. 11.1)

2 - Seção de Registro das Operações (D.F. 11.2)

m) Divisão de Aplicações (D.F. 12)

- 1 - Seção de controle das Dotações (D.F. 12. 1)
- 2 - Seção de Execução e Pagamento (D.F. 12. 2)

Art. 2º — O artigo 14 do Decreto Legislativo nº 573/67. passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 — Ao Departamento de Finanças compete:

I — Pela Assessoria:

a - assessorar o Diretor de Departamento de Finanças nas suas atribuições;

b - apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor de Finanças e",

c - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado, do País, que venha de encontro às atividades do Departamento.

II — Pela Tesouraria Geral:

a) pela Seção de Controle Bancário:

1 - organizar o controle das contas bancárias, mantidas pela Assembléia Legislativa, mantendo-o atualizado;

2 - relacionar os cheques e Ordens de Crédito, emitidos pela Assembléia Legislativa, e,

3 - relatar, diariamente, a posição bancária da Assembléia Legislativa.

b) Pela Seção de Serviço de Tesouraria:

1 - confeccionar os cheques e ordens de crédito para pagamento de pessoal e fornecedores da Assembléia Legislativa;

2 - manter cadastro das contas pagas, bem como dos respectivos credores;

3 - confeccionar e enviar os avisos aos credores dos pagamentos feitos através de ordens de crédito, e,

4 - confeccionar o Boletim de Operação Diária da Tesouraria Geral, para fins de registro contábil.

B) — Pela Divisão de Pagadoria:

a) Pelo Caixa:

1 - efetuar os pagamentos autorizados;

2 - ter sob sua guarda o numerário para atender as despesas de pronto pagamento, e,

3 - fazer, diariamente, o fechamento do caixa, enviando-o ao Tesoureiro Geral.

III — PELA CONTADORIA GERAL:

A) — Pelo Setor do Imposto de Renda:

a) determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda de desconto em Folha de Pagamento;

b) determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto na fonte, nos processos de pagamento a fornecedores, conforme dispõe a legislação;

c) informar quando solicitado, sobre os problemas relativos ao Imposto de Renda, e,

d) manter atualizada coletânea de Leis que interessam ao setor.

B) — Pela Divisão de Contabilidade:

a) Pela Seção de Registros Contábeis:

1 - registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa, elaborando os balancetes mensais e balanços anuais;

2 - elaborar o relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa.

3 - prestar as informações relativas às operações contábeis;

4 - manter atualizado o plano de contas.

b) Pela Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário:

1 - elaborar a proposta orçamentária, sob a coordenação da Comissão Especial; e

2 - confeccionar a documentação necessária que possibilite as liberações das dotações orçamentárias, junto às entidades competentes; e,

3 - emitir notas de empenho em processos devidamente autorizados; e,

4 - manter fichário que controle os serviços sob a sua guarda.

C) — Pela Seção de Administração Contábil:

1 - confeccionar as autorizações de pagamento e manter controle das mesmas;

2 - instruir processos de despesa da Assembleia Legislativa;

3 - confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;

4 - confeccionar os demonstrativos de despesa da Assembléia Legislativa; e,

5 - executar os serviços administrativos especializados do Departamento.

C) — Pela Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:

a) Pela Seção de Folhas de Pagamento:

1 - confeccionar as folhas de pagamento;

2 - providenciar para que as folhas de pagamento sejam encaminhadas em cumprimento às formalidades legais;

3 - solicitar os empenhos das folhas de pagamento junto à Divisão de Contabilidade; e,

4 - registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao Pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação.

b) Pela Seção de Consignação e Descontos:

1 - organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em folha de pagamento;

2 - organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por consignação, em folha de pagamento; e,

3 - informar e instruir processos relativos a descontos e consignações.

IV) Pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais:

A) — Pela Divisão de Registros:

a) Pela Seção de Cadastro de Entidades:

1 - organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;

2 - instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas; e,

3 - elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.

b) Pela Seção de Registro das Operações:

1 - registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;

2 - confeccionar avisos de crédito aos Deputados e,

3 - confeccionar relatório mensal das operações.

B) — Pela Divisão de Aplicações:

a) Pela Seção de Controle do dotações:

1 - confeccionar cheques e ordens de pagamento dos auxílios financeiros autorizados;

2 - remeter os processos pagos à Divisão de Registro;

3 - escriturar diariamente o Livro Caixa; e,

4 - ter sob sua guarda o numerário destinado a atender os auxílios pessoais.

§ 1º — As atribuições específicas das Chefias no Departamento de Finanças, no que diz respeito à documentação que cabe cada um firmar, para recebimentos ou pagamentos, será determinados pela Comissão Executiva, de acordo com as exigências administrativas.

§ 2º — As readaptações de cargos e funções de Chefia no Departamento de Finanças, ficará à deliberação da Comissão Executiva.

§ 3º — Os cargos de Assessor do Departamento de Finanças e Chefe de Setor de Imposto de Renda na Contadoria Geral é privativo de funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, possuidores de diploma de nível universitário.

Art. 3º — Na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica criado o Departamento de Pessoal.

§ 1º — No artigo 2º do Decreto 573, de 29 de novembro de 1967, fica acrescido o item IX com a atual composição do item VIII e este passa a ter a seguinte redação:

VIII — Departamento do pessoal — (D.P.)

- a) - Gabinete da Diretoria do Departamento de Pessoal (D.P. 1).
- b - Assessoria Jurídica (D.P. 2)
- c - Divisão de Regime Legal (D.P. 3)
- 1 - Seção Administrativa Pessoal (D.P. 3. 1)
- 2 - Seção de Administração de cargos e Vencimentos (D. P. 3. 2)
- d - Divisão de cadastro de Pessoal (D.P. 4)
- ã - Seção de Cadastro de Deputados (D.P. 4. 1)
- 2 - Seção de Cadastro dos Funcionários (D.P. 4. 2)
- e - Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (D.P. 5)

§ 2º - Fica inserido no Decreto 573, ao Departamento de Pessoal compete:

- 1 - Pela Assessoria Jurídica:
 - a - assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal nas suas atribuições;
 - b - apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, com recurso para o Gabinete de Assistência Técnica, por parte dos interessados, no prazo de quinze (15) dias; e,

- c - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado e do País, que por ventura venham de encontro aos interesses das atividades do Departamento.

II - Pela Divisão de Regime Legal:

- a) - Pela Seção de Regime Legal:
- a) - Pela Seção Administrativa do Pessoal:
 - 1 - elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;
 - 2 - informar processos referentes ao pessoal;
 - 3 - encaminhar para efeito de publicação os atos oficiais referentes ao pessoal;
 - 4 - encaminhar ao Departamento de Finanças, quaisquer alterações relativas a remuneração de funcionários.
- B) - Pela Seção de Administração de Cargos e Vencimentos:

- 1 - elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários, fazendo-a publicar anulamente;
- 2 - organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;
- 3 - organizar mapa de comparecimento, de férias e de licença dos funcionários;
- 4 - manter assistência à Comissão de Promoções;
- 5 - manter registro de vagas nas diversas carreiras;
- 6 - promover, de ofício, a implantação de vantagens do pessoal;
- 7 - organizar e manter as listas de endereços dos funcionários, e,
- 8 - elaborar estatísticas do Departamento.

III - Pela Divisão de Cadastro de Pessoal:

- a) - Pela Seção de Cadastro de Funcionários:
 - 1 - lavrar termo de posse e outros;
 - 2 - fornecer carteiras de identidade;
 - 3 - elaborar e apostilar títulos de nomeação;
 - 4 - elaborar certidões, atestados e declarações relativas a vida funcional; e,
 - 5 - manter atualizada a ficha funcional.
- b) - Pela Seção de Cadastro de Deputados:
 - 1 - manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;
 - 2 - preparar carteira de identidade dos Deputados;
 - 3 - manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, de acordo com as informações do Departamento Legislativo;
 - 4 - elaborar, mensalmente, síntese do controle de frequência dos Deputados, em mapa próprio, para fins legais;
 - 5 - elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados às sessões plenárias, para ser encaminhado ao Sr. 1º Secretário;

6 - fornecer mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados, informações relativas a situação pessoal de cada um, em relação à frequência; e,

7 - fornecer certidões e atestados relativos à situação dos Deputados, quando solicitados.

IV - Pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal:

- a) - promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientado-se pelas indicações da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos;
- b) - planejar e promover cursos, visando a formação aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;
- c) - promover a seleção de bolsistas para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;
- d) - sugerir celebração de convênios com entidades especializadas em ministração de cursos especializados; e,
- f) - expedir certificado de conclusão de cursos e promover o registro na ficha funcional

§ 3º - A Assessoria Jurídica do Departamento do Pessoal, será exercida por funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, portador de diploma de bacharel em Direito.

§ 4º - o cargo de Diretor do Departamento de Pessoal, será exercida sob o regime de função gratificada até que a lei venha dispor sobre a criação do cargo.

§ 5º - A Comissão Executiva disporá, quando julgar necessário, sobre a estrutura de Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal.

Art. 4º - Os cargos de Diretores e Chefes constantes da presente Resolução ficam adistritos às normas do artigo 7º da Lei nº 6.119, de 29 de junho de 1970.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de junho de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente.

JUSTIFICATIVA:

A legislação que estrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa, data de 29 de novembro de 1967, isto é, a mais de oito (8) anos, e durante este interregno a administração da Casa sofreu por influências externas e internas, determinadas modificações de fato, advindo daí a necessidade de se adaptar às novas exigências.

O setor financeiro da Assembléia Legislativa, foi o que mais sofreu com as modificações introduzidas, tanto pelo órgão estadual, como as trazidas pelas determinações administrativas da Casa.

No presente projeto de Resolução, não se procura inovar, mas antes de tudo, adaptar órgãos de maior valia para a administração, as condições preexistentes, sem no entanto, esquecer que o futuro exigirá.

Os dois órgãos básicos de qualquer administração pública e o financeiro e o pessoal, tanto é assim, que na nova organização administrativa estadual duas Secretarias que maior desenvolvimento reestrutural sofreram foram a de Finanças e Recursos Humanos.

O Departamento de Finanças foi totalmente adaptado às exigências do momento e estruturado para arcar com novas atribuições que, por certo, virão em consequência da desenvolvimento que, hodiernamente, vem sofrendo o Poder Legislativo.

A criação do Departamento de pessoal, desvinculando-se estruturalmente, do Departamento de Finanças, era uma exigência imperiosa para que um órgão que atende o homem, capital mais importante de qualquer administração, tivesse meios de atender os problemas afetos.

Tanto é assim, que o próprio Governo Estadual não se perturbou em criar uma Secretaria de Recursos Humanos.

O órgão de Pessoal de qualquer administração não pode se preocupar, somente em cadastrar e informar as condições fun-

cionais, mas sim se estruturar de acordo com as exigências administrativas e, precipuamente, em dar pessoal apto para maior desenvoltura dos serviços. É o que se procura com a presente Resolução.

Pelo exposto, e o de conhecimento de todos que, mesmo superficialmente, conhecem e tratam com a administração do Poder legislativo, é plenamente justificável a aprovação do projeto, pois só assim estaremos atendendo os problemas de dois setores, dos mais importantes, para o serviço da Secretaria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dia do mês de maio de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASILIO ZANUSSO. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada mais constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em o Deputado Lineu Turra apresentou redação, aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 266/73 — de autorizado Deputado Lázaro Dumont, que autiroza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. PROJETO DE LEI Nº 34/74 — de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa, maquinários que especifica. PROJETO DE LEI Nº 107/74 — de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais APAE, com sede e foro na cidade de Cambé. PROJETO DE LEI Nº 111/74 — de autoria do Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo a conceder de Cr\$ 51.448,33 (cinquenta e hum mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos) ao Município de Araçongas. PROJETO DE LEI Nº 180/74 — de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficiente de Ivaiporã. PROJETO DE LEI Nº 170/74 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a União Espírita Beneficiente Jesus Maria José, com sede e foro na cidade de Morretes. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/75 — de autoria da Comissão Executiva, que dispõe o número de assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª e 2ª Secretarias deste Poder Legislativo. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/75 — de autoria da Comissão Executiva, que acresce incisos que especifica, ao artigo 39, do Regimento Interno. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente. Ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
Lélío Sotto-Maior — Secretário

PORTARIA Nº 275/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

lotar, ELDO GEVEZIER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo, na Divisão de Protocolo Geral, a partir de 15 de maio de 1975,

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 276/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4823/75, de 15 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

autorizar, ELDO GENEZIER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "15", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificações correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 15 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 277/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4046/75, de 28 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

designar, ADAMARES SBRISSE, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado WILSON FORTES, até 31 de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 278/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4856/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

designar, DIANA MARIA FABRICIO DE MELO BRAUNERT, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Cerimonial, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 279/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4855/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

designar, ELIZA AMÉLIA MOSSE GALVÃO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral